



Ciência Política: Debates temáticos 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2022



Ciência Política: Debates temáticos 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciência política: debates temáticos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: debates temáticos 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0089-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.899221705>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Ciência Política trata-se de um campo epistemológico que nasce com o movimento do Renascentismo na Europa e desde então evoluiu por trajetórias históricas diferenciadas no mundo, tanto, de natureza disciplinar, quanto multidisciplinar, com a difusão de distintos paradigmas ideológicos, bem como uma pluralidade de marcos teóricos e de procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados.

Partindo desta contextualização evolutiva, este livro de coletânea é apresentado para refletir, discutir ou mesmo questionar sobre a realidade complexa e multifacetada do mundo contemporâneo, a partir de um conjunto de estudos fundamentados no rigor teórico-metodológico, embora com uma linguagem simples e didática, acessível a um amplo público de potenciais leitores.

A complexidade existente no mundo material e do mundo das ideias é captada neste livro a partir de dezesseis capítulos que compartilham a preocupação de apresentar os respectivos debates e análises temáticas dentro de um explícito rigor científico, sem perder a contextualização de um implícito ecletismo teórico-metodológico, característico do campo de Ciência Política.

Os dezesseis capítulos apresentados neste livro, “Ciência Política: Debates Temáticos 2”, são fruto de um plural trabalho desenvolvido coletivamente por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros comprometidos para a apreensão da realidade empírica contemporânea e que acabam por repercutir cientificamente no enriquecimento do campo científico da Ciência Política.

Neste sentido, o contexto de crescente fluidez e complexidade da realidade faz emergir novos desafios, problemas à humanidade, razão pela qual são demandadas novas agendas temáticas, lógicas e discursivas para se refletir como o campo científico da Ciência Política, sendo elas exploradas na presente obra para explicar e responder positivamente aos múltiplos assuntos e campos de poder inerentes nos tempos atuais.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico do campo da Ciência Política em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos estimulantes estudos empíricos deste livro.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL NA POLÍTICA: UMA INTRODUÇÃO AOS CAMPOS DE ESTUDO E FUNÇÕES

Sergio Fernandes Senna Pires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217051>

CAPÍTULO 2..... 15

A MENTIRA NO DEBATE POLÍTICO: OMITIR É MENTIR?

Sergio Fernandes Senna Pires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217052>

CAPÍTULO 3..... 26

IDEOLOGIAS POLÍTICAS: UMA PESQUISA COMO METODOLOGIA DE ENSINO NO ENSINO MÉDIO

Claudyanne Rodrigues de Almeida

Karina Andrea Tarca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217053>

CAPÍTULO 4..... 30

IMPERIALISMO EM AMÉRICA LATINA: CONTRIBUIÇÕES DE MARIÁTEGUI E ZAVALETA

Aline Recalcatti de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217054>

CAPÍTULO 5..... 38

ACERCAMIENTO A LA DEFINICIÓN DE CLASE POLÍTICA

Eduardo Gabriel Barrios Pérez

Guadalupe H. Mar Vázquez

Miguel Ángel Barragán V.

María Teresa de Jesús Arroyo G.

José Luis Cerdán Díaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217055>

CAPÍTULO 6..... 49

CLASSES E LUTA DE CLASSES: REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS CLASSES SOCIAIS NAS OBRAS DE NICOS POULANTZAS E ERIK OLIN WRIGHT

Felipe de Queiroz Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217056>

CAPÍTULO 7..... 64

AS POSTAGENS FALAM: UM ESTUDO SOBRE OS POSTS DE MAIOR ALCANCE DE MOVIMENTOS ANTICORRUPÇÃO NO BRASIL

Davi Barboza Cavalcanti

Demétrius Rodrigues de Freitas Ferreira

Sheila Borges de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217057>

CAPÍTULO 8..... 80

ATIVISMO JUDICIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Clidenor Marcos Vaz Campelo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217058>

CAPÍTULO 9..... 93

A CARACTERIZAÇÃO DO MERO ABORRECIMENTO COMO UM CRITÉRIO PARA CONTER A INDÚSTRIA DOS DANOS MORAIS

Juliano Ralo Monteiro

Maria Auxiliadora Pinto de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8992217059>

CAPÍTULO 10..... 107

O PERFIL DA TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO MUNICIPAL: AVALIAÇÃO DOS PORTAIS DOS EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS DA REGIÃO FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 7 (RF-7)

Tiago Rodrigo Lutzer Tizotte

Mateus Zounar Marques

Nelson José Thesing

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170510>

CAPÍTULO 11..... 122

POLÍTICA TRIBUTÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A GUERRA FISCAL COMO OBSTÁCULO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

Kauly Furiama Santos

Maria Juraci Teresa Sampaio dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170511>

CAPÍTULO 12..... 135

PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – RELEVÂNCIA PARA O BRASIL

Adelcio Machado dos Santos

Dreone Mendes

Rubens Luis Freiburger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170512>

CAPÍTULO 13..... 144

A FORMAÇÃO DO OFICIAL AVIADOR NA FORÇA AÉREA: ANÁLISE SOBRE A CONFIGURAÇÃO CURRICULAR SOB A PERSPECTIVA DOS NORMATIVOS DE DEFESA

Maria Alessandra Lima Moulin

Paulo Pereira Santos

Cristina Massot Madeira Coelho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170513>

CAPÍTULO 14.....	160
POLÍTICA NACIONAL FRENTE A LA TRATA DE PERSONAS Y SUS FORMAS DE EXPLOTACIÓN EN LA PROVINCIA DE SAN ROMÁN - PERÚ	
Enrique Gualberto Parillo Sosa	
Virginia Guadalupe Pacompia Flores	
Carmen Eliza Zela Pacori	
Illich Xavier Talavera Salas	
José Oscar Huanca Frias	
Juan Manuel Tito Humpiri	
Lucio Ticona Carrizales	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170514	
CAPÍTULO 15.....	168
ANÁLISE DE UMA SOCIEDADE ONDE A ARISTOCRACIA E A MONARQUIA PREVALECIAM COMO FORÇA SOCIAL POLÍTICA E ECONÔMICA	
Luciene Guisoni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170515	
CAPÍTULO 16.....	182
CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS DOS MODELOS DE REASSENTAMENTO EM MOÇAMBIQUE (2009-2018)	
Mário Mubango Cossane	
Paulo Domingos Muenda Muerembe	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.89922170516	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	191
ÍNDICE REMISSIVO.....	192

PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – RELEVÂNCIA PARA O BRASIL

Data de aceite: 01/04/2022

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). Advogado (OAB/SC nº 4912)
<https://orcid.org.0000-0003396-972X>

Dreone Mendes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp
<https://orcid.org/0000-0002-6150-0450>

Rubens Luis Freiburger

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Uniarp
<https://orcid.org/0000-0002-1520-1580>

RESUMO: A moderna disciplina de Relações Internacionais no Brasil, caminha no sentido de alcançar um “*status*” epistêmico, uma vez que esta ultrapassou importantes estágios em sua evolução epistemológica. Das primeiras abordagens idealistas passa-se a uma etapa com maior preocupação em se definir matrizes teóricas e metodológicas coerentes e articuladas. Nessa conjuntura de desenvolvimento dos estudos que procuram dar inteligibilidade a realidade complexa como é a política internacional, o realismo e o transnacionalismo ou interdependência complexa que se

apresentam como alternativas teóricas mais lúcidas, com o pensamento realista centrado nos conflitos interestatais e o transnacionalismo, com sua ênfase na articulação entre as diversas unidades que compõem o sistema. Essas duas escolas de pensamento foram importantes para a compreensão do sistema-mundo. Todavia, os elementos fundamentais levantados pelos realistas continuam tendo validade. Nesse ponto, é preciso analisar as premissas do transnacionalismo, essenciais para a compreensão do processo de mundialização da economia e a interação entre os diversos atores do canteiro internacional. Destarte, as duas linhas de análise podem ser utilizadas para o estudo das Relações Internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais. Pesquisa. Política Internacional.

IN INTERNATIONAL RELATIONS – RELEVANCE TO BRAZIL

ABSTRACT: The modern discipline of International Relations in Brazil is moving towards achieving an epistemic status, since it has passed important stages in its epistemological evolution. From the first idealistic approaches we pass to a stage with greater concern in defining coherent and articulated theoretical and methodological matrixes. At this juncture of development of studies that seek to make intelligible the complex reality of international politics, realism and transnationalism or complex interdependence present themselves as more lucid theoretical alternatives, with realist thought centered on interstate conflicts and transnationalism, with its

emphasis on the articulation between the various units that make up the system. These two schools of thought have been important in understanding the world-system. However, the fundamental elements raised by the realists are still valid. At this point, it is necessary to analyze the premises of transnationalism, essential to the understanding of the economic globalization process and the interaction between the diverse actors of the international scene. Therefore, both lines of analysis can be used for the study of International Relations.

KEYWORDS: International Relations. Search. International Politics.

INTRODUÇÃO

As Relações Internacionais é uma ciência criada na segunda década do século XX, nascida no pós-guerra da I Guerra Mundial. Como disciplina de estudo está relacionada à Ciência Social no Reino Unido e Estados Unidos da América (EUA). (MENDES, 2019).

Em 1903, foi fundada a *American Political Science Association* (APSA), autores presumem que os fenômenos e fatos internacionais já vinham sendo estudados, sem o compromisso formal de compartilhar informações sobre o tema. Em 1910, foi criado o *International Conciliation*, pelo canal *Carnegie Endowment for International Peace*. O veículo de comunicação é tido, como um dos primeiros a publicar matérias sobre relações internacionais. (MENDES, 2019). O objetivo do *Carnegie* é auxiliar os países a enfrentar problemas globais e salvaguardar a paz, auxiliando-os a encontrar soluções estratégicas, apoiar a diplomacia mundial e ajudar a treinar futuros diplomatas e acadêmicos internacionais. (CARNEGIE, 2021).

Outros pesquisadores relatam que a primeira publicação sobre relações internacionais aconteceu em 1910, no veículo intitulado *Journal of Race Development*, posteriormente chamado, em 1919, *Journal of International Relations* e finalmente, em 1922, denominado *Foreign Affairs*. (MENDES, 2019). O veículo busca ser um lugar de debates sobre a política americana e uma gama de problemas (políticos, históricos, econômicos, etc.) mundiais. (FOREIGN AFFAIRS, 2021),

Segundo Mendes (2019), em 1919, surge à primeira cadeira da disciplina de Relações Internacionais na Universidade de Gales, no País de Gales, no Reino Unido. Na mesma época, nasce em 1920, o *Royal Institute of International Affairs* e em 1921, o *Council of Foreign Relations*, respectivamente em Londres e Nova Iorque.

As Relações Internacionais (RI) possuem suas raízes em outras ciências como a História, a Geografia, o Direito, a Economia, a Ciência Política, a Sociologia, entre outras. A ciência RI solidifica-se após a II Guerra Mundial, a partir das mudanças geográficas, políticas, sociais e econômicas, ocasionadas pelo papel dos EUA nas transformações globais e nas permanentes renovações. (MENDES, 2019).

O século XXI apresenta a necessidade e o desafio da atualização da RI com a necessidade da criação de instrumentos e estratégias para analisar a realidade mundial, destaca-se os papéis e a importância dos países do Terceiro Mundo e os países Índia,

China, Rússia, África do Sul e Brasil que compõe o *Building Better Global Economic* (BRICS) nas relações internacionais. (PECEQUILO, 2016).

As discordâncias que surgem nas RI entre os países, não podem ser resolvidos mediante decisão de um poder soberano que seja capaz de impor um ordenamento jurídico eficaz. As pretensas decisões devem ser discutidas com exaurimento, sob o risco dos Estados envolvidos serem obrigados a recorrerem à prova de força, armarem-se uns contra os outros ou, se não puderem confiar só em suas armas, a apoiarem-se nas armas alheias. (LOPES, 2019).

Este conceito das relações internacionais e da sua diferença quanto às relações internas, não é desmentido pela existência de um direito internacional, que muitos juristas consideram um ordenamento originário, plenamente vinculador para quantos lhe estão sujeitos. (BOBBIO *et al*, 1998).

Sendo assim, esse estudo se justifica, pois a produção de conhecimento científico na área se constitui ponto de partida para qualquer investigação sobre o assunto, ao mesmo tempo em que os resultados do trabalho evidenciam a necessidade de conhecer a realidade das Relações Internacionais no Brasil, nas áreas do ensino, da pesquisa e da profissionalização.

O objetivo do estudo consiste em identificar a importância da pesquisa para o aperfeiçoamento das diversas teorias, em especial das Relações Internacionais no Brasil, que tem por intuito a soberania do Estado.

Quanto à Metodologia empregada utilizou-se a pesquisa qualitativa, uma vez que se procura trabalhar com informações que não podem ser diretamente quantificadas, realizando-se um estudo aprofundado sobre o tema em questão, qual sejam as relações internacionais. Conforme Haguette (1997), o método qualitativo fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, enfatiza as especificidades de um fenômeno ou fato social em termos de suas origens e de sua ontologia.

Registra-se que na fase de investigação foi utilizado o método dedutivo, que se caracteriza por inferir, a partir de afirmações gerais estabelecidas pelas teorias científicas anteriores, consequências válidas que se aplicam a casos particulares, ou seja, ao objeto do presente estudo. (POZZEBON, 2004, p. 28). Nas diversas fases da pesquisa, foram acionadas as técnicas da pesquisa bibliográfica sistemática.

Conforme Santos (2007, p. 31), as formas mais comuns de coletar informações são: a pesquisa bibliográfica, o levantamento e a pesquisa experimental, que utilizam como fontes a bibliografia, o campo e o laboratório, respectivamente. Pesquisa documental, pesquisa *ex post facto*, pesquisa-ação e estudo de caso, constituem variações importantes daquelas formas fundamentais.

As fontes bibliográficas, os livros (de leitura corrente ou de referência, tais como dicionários, enciclopédias, anuários etc.), as publicações periódicas (jornais, revistas, panfletos, etc.), entre outros. A utilização total ou parcial de quaisquer dessas fontes

caracteriza a pesquisa como bibliográfica. Na pesquisa optou-se por utilizar artigos em português, na íntegra, publicados entre 2012 e 2022, em redes sociais *Google Acadêmico* e *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo dos anos é possível assistir a influência central na sociedade da ciência do Direito e a caracterização da ciência com normas que regulam a vida social, apresenta garantias de soluções para os problemas e conflitos na vida dos cidadãos, o que não seria diferente na sociedade brasileira. (SANTOS, 2018).

Na medida em que a ciência é sempre um “poder fazer”, certo domínio da natureza, ela se liga ao poder que o ser humano possui um sobre o outro. (TARNOWSKI, 2021). A ciência e a tecnologia tiveram uma parte significativa na organização da sociedade contemporânea. Para Fourez (1995, p. 207), o conhecimento é sempre uma representação daquilo que é possível fazer e, por conseguinte, a representação daquilo que poderia ser objeto de uma decisão na sociedade.

Fourez (1995) caracteriza a política a partir das relações entre ciência e ciências sociais, apresentando os conceitos de dois tipos diferentes de política: a científica e a tecnocrático.

A “política científica” é a política capaz de instituir atos, atitudes e decisões políticas com propósito de garantias para o desenvolvimento da ciência. “Os cientistas tendem a considerar desse modo a política científica como uma política que favorece o desenvolvimento da ciência”. (FOUREZ, 1995, p. 208).

Para o autor a política científica é aquela em que as decisões se pautam em, tornando-se determinadas ou legitimadas pela ciência. Sendo assim, quando um partido político fala de uma política científica infere que a política toma decisões utilizando a ciência. Trata-se nesse caso da “política pela ciência”.

A “política tecnocrática” é onde as decisões cabem aos especialistas, assim é importante aos países que adotam o sistema, estudar as relações internacionais. Fourez (1995, p. 208) salienta que na sociedade brasileira o modelo é bastante difundido, pois existe uma tendência a se recorrer aos especialistas nas busca de soluções para problemas sobre relações. No modelo tecnocrático, os conhecimentos científicos que determinam as políticas a serem seguidas, consideram as decisões sociopolíticas, graças aos conhecimentos científicos que se supõem neutros, evitando ao máximo as discussões e negociações sociopolíticas.

Dessa forma, Montenegro e Winter (2019) afirmam que muitos países buscam entender as diretrizes das Relações Internacionais (RI), para aplicarem em seus territórios atendendo a adequação das demandas complexas da sociedade internacional. A globalização e as relações nos mercados de negócio trouxeram novos atores sociais ao

intricado jogo de decisões

A importância do estudo do comércio e das finanças internacionais é reconhecida desde o século XVI, na era dos mercantilistas, quando se tornou evidente que, participando do comércio internacional, cada país podia fazer uso dos recursos de uma forma mais eficiente, especializando-se em determinadas atividades mais apropriadas à sua dotação de fatores e obtendo sensíveis economias de escala em sua produção. (ZANNOCHI, 2013).

Conforme entendimento de Foschete (2001, p. 13), como consequência o comércio entre as nações possibilitava um aumento da renda real de cada nação, acarretando uma melhoria de bem-estar entre a população produtiva. Verifica-se ainda, que o comércio internacional criou condições para que as melhorias tecnológicas desenvolvidas em um país fossem compartilhadas por outros países, seja pelo fato, de que vêm embutidas nos bens de capital importados, seja porque aumentam a eficiência produtiva e a qualidade do produto nos setores de exportação de cada país.

No que diz respeito às orientações disciplinares e escolhas teórico-metodológicas das relações internacionais, Almeida (2006, p. 64) assevera que uma análise sobre essas temáticas são seguidas nos estudos das relações internacionais e de política externa no Brasil. Não sendo possível, ser separada das condições concretas sob as quais trabalham os diferentes autores ao longo das últimas décadas, bem como das temáticas privilegiadas em seus trabalhos.

O autor acrescenta que os anos 1970, correspondem à política do regime militar de afirmação no Brasil, enquanto “potência emergente”, ou como “potência média”, condição que inspirou os primeiros estudos de relações internacionais, ainda em grande medida elaborados por brasilianistas como *Selcher*, *Perry* ou *Schneider*. O enfoque do multilateralismo, assim como a perspectiva “comparatista” ou “sistêmica”, esta presente em muitos dos trabalhos produzidos naquela época. Os estudos da época eram análise tradicional de cunho jurídico, utilizando metodologia histórico-descritiva com enfoque ecológico ou geopolítico.

Em 1974, criou-se o primeiro Curso de Graduação em Relações Internacionais, posteriormente o de Pós-Graduação, na Universidade de Brasília Até este momento, os assuntos da área eram estudados nas graduações das Ciências Sociais e Econômicas. (CARVALHO *et al.*, 2018).

O Brasil dos anos 80 assiste à crise do “modelo brasileiro de desenvolvimento”, com o aumento dos conflitos diplomáticos com a principal potência aliada, os Estados Unidos da América (EUA), o que inspira a elaboração de digressões acadêmicas sobre questões econômicas, como: dívida externa, informática, patentes, e estudos históricos ou de ciência política, sobre o processo de multilateralização das relações internacionais do Brasil. (ALMEIDA, 2006, p. 65).

Preocupado com o avanço das visões anglo-saxônicas no ensino das RI, o professor Amado Luiz Cervo apresenta as reflexões de *Renouvin* e *Duroselle* a seus alunos. A ideia do

professor Cervo foi apresentar conceitos que remetem as forças e sentimentos profundos emanados da coletividade propostos pelos professores franceses e buscando embasar as decisões da política externa do Brasil. No livro *Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*, o professor tem como objetivo “desmistificar o personalismo das decisões e fatos históricos em regime representativo”. (FRANCESCHINI, 2020, p. 122, *apud* CERVO, 1981).

Desse modo, Almeida (2006) afirma que os trabalhos de geopolítica ou de segurança estratégica, abandonaram o conceito de “reserva de mercado” dos profissionais militares, sendo cada vez mais acessados por um grupo de estudiosos acadêmicos, mesmo os trabalhos de pesquisa não direcionados para publicação comercial. Além dos próprios militares profissionais da ativa e/ou retirados, como Meira Mattos e Cavagnari, o autor ainda destaca outros pesquisadores que se debruçaram sobre temas militares, de segurança e de estratégia, como Héctor *Saint-Pierre*, René *Armand Dreifuss*, Renato *Dagnino*, Domicio Proença Júnior, Clóvis Brigagão, Thomaz Guedes da Costa e *Shiguenoli Miyamoto*.

O segundo livro publicado pelo professor Cervo em 1994, intitulado *O desafio Internacional* apresenta a história das RI no Brasil. O Brasil sempre se preocupou com as relações internacionais, inicialmente apresentando suas decisões pautadas sem teorias, observando apenas as questões políticas, intelectual e diplomática em suas escolhas. Os fundamentos das decisões do Brasil são então definidos pela a autonomia, o nacionalismo e o desenvolvimento. (FRANCESCHINI, 2020).

Nos anos 90, os estudiosos de relações internacionais brasileiros avançam em seus estudos, garantindo o amadurecimento dos sistemas internacional e regional, e sobre a política externa brasileira. O rigor metodológico é o grande diferencial nas diferentes subdisciplinas da área e dos centros de pesquisa. (ALMEIDA, 2006; MONTENEGRO; WINTER 2019).

O pós-guerra Fria e a internacionalização na área do comércio brasileiro impulsionam a autorização para novos cursos de graduação e pós-graduação, nas décadas de 90 e 2000. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

Os brasileiros interessados nas RI frequentavam os cursos ávidos por informações sobre a temática, as oportunidades no mercado de trabalho em organizações internacionais, nas organizações não governamentais, a carreira diplomática, a prestação de assessorias pública ou privada em RI, o comércio exterior e o setor acadêmico/pesquisa. (CARVALHO; ARAÚJO, 2018).

As traduções tecnológicas de conhecimentos científicos ampliam a eficácia de vivermos nos mais variados ambientes, mas com isso, não só se modifica as relações do homem com a natureza, colocando-o cada vez mais dependente do uso da ciência e da técnica, como também os torna iminente ao risco de uma catástrofe ecológica. (CUPANI, 2016).

Os métodos adotados pelos especialistas brasileiros, a comparabilidade e

a historicidade das análises nos estudos em RI, nos indicam dois grandes blocos metodológicos e tendências analíticas: as correntes sistêmico-estruturais, de um lado, e a comunidade mais homogênea dos estudos históricos, do outro lado. (VASCONCELOS, 2002).

De acordo, com Vasconcelos (2002, p. 18) o homem tendo dominado o ambiente ecológico, desloca sua atenção para as questões de sobrevivência e para o plano das relações com seus semelhantes. As contribuições da Ciência não têm sido suficientes ou adequadas para afastar da civilização do risco real de sua própria extinção.

Por outro lado, salienta o mesmo autor, que a tradução tecnológica dos conhecimentos pela ciência apresenta novidades, como o conceito da expressão Relações Internacionais como um complexo das relações entre os Estados, ora como ator protagonista denominado “aparelhos” ora como “comunidades”. A distinção da esfera específica e da esfera das relações internas dos Estados pressupõe que:

Tal distinção está, com efeito, associada, mesmo a nível do sentir comum, à ideia de que existem importantes elementos de diferença entre as relações internas e as Relações Internacionais. Isto nos põe, portanto, diante da necessidade preliminar de esclarecer rigorosamente tais diferenças, isto é, de estabelecer um critério qualitativo de distinção das duas esferas de relações. Este critério não poderá fundar-se na diversidade dos atores, ou seja, pôr essencialmente a diferença no fato de que, no contexto das Relações Internacionais, os atores seriam os Estados, enquanto, no das relações internas, os atores seriam os indivíduos e os sujeitos coletivos não estatais, como os partidos, os sindicatos, as empresas, etc. Com efeito, junto com os Estados, possuem também um papel importante nas relações internacionais organismos de índole internacional (ONU, NATO e outros sistemas de alianças internacionais, COMECON, OPEC, etc.), organismos integrativos como as comunidades europeias, grupos de pressão como as empresas multinacionais e as internacionais partidárias e sindicatos, organizações como a OLP e por aí afora. Esse critério também não pode basear-se essencialmente na diferença relativa ao conteúdo, porque, no contexto internacional como no interno, existem relações de conteúdo político, econômico, social, cultural, etc., de caráter cooperativo ou conflituoso e, atendendo só a este aspecto, não se revelam diferenças tão claras e evidentes que possam servir de base a um clarificador critério de distinção. (BOBBIO, 1998, p. 1089).

Assim, em um país as relações internas e internacionais se regulam, as internas ocorrem normalmente com a utilização do diálogo em sincronia de discurso, enquanto a externa nunca está a sombra da utilização da violência e da guerra para defesa do monopólio da autoridade soberana. Há países, que sempre escolhem a segunda opção para resolver seus conflitos internos, estabelecendo a chamada “estabilidade” e nunca saem dela. (ALVES, 2014).

Dessa forma, Cervo (2008) entende que a sistemática dos conceitos reunidos por brasileiros em relação a RI e sua aplicação internacional sobre nosso país, vêm contribuindo sobremaneira no estudo das relações internacionais. Os conceitos individualmente e/ou

articulados entre si auxiliam no campo do conhecimento das relações internacionais, além de aproximar a teoria e a prática, facilitando o desenvolvimento de duas funções no ensino da disciplina: a explicativa e a valorativa.

O mesmo autor, explícita uma crítica à construção de teorias, apresentando na primeira parte do texto de seu cunho “a multiplicação de formulações com o fim de abarcar conjuntos explicativos e conjuntos valorativos diversos”. (CERVO, 2008, p. 13). O estudo e a construção de novas teorias, elaboradas por pesquisadores de um país, estado, nação, etc., deve levar em conta aspectos do território, além de culturais e sociais da população, adotando método pré-determinado, sob o risco de se inviabilizar a teoria, apresentado resultados em decorrência de vieses no estudo.

Os conceitos brasileiros lançam raízes em três segmentos da sociedade: os pensadores da nação, de seu destino e de seu lugar no mundo; os pensadores da vida política e da ação diplomática; enfim, o meio acadêmico e os centros de produção científica que analisam metodicamente a conexão entre o interno e o externo. Já a análise se baseia, no método tradicional com elaboração de teorias dedutivas com fragilidade em todos seus aspectos e no método construtivista com base na observação, com resultados apoiados em métodos históricos percorrendo um caminho entre o concreto - abstrato. (CERVO 2008; CAMPOS, VIGEVANI, 2020).

As democracias modernas e pluralistas, como o Brasil, sofrem o mal do discurso ideológico. Frases incompletas e inconclusivas, chavões verborrágico, palavras interpretadas erroneamente, muitas vezes utilizadas na transmissão de ideias em um discurso de mão única, é uma forma de poder e de difusão de comportamentos que nasce sem berço. (LAFER, 2018).

Na atual política do século XXI, no Mundo Contemporâneo, os discursos se sucedem, inclusive nas Relações Internacionais para justificar a realização de arbitrariedades contra seus semelhantes e parceiros econômicos, entre intelectuais que habitam sociedades complexas. Outros acionam o “*modus* avestruz ou política avestruz”, não fui eu ou não foi comigo, escondendo a cabeça na areia. Uma série de governantes opta pelo diálogo e sua postura intelectual faz assumir o papel de negociador. (LAFER, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo país do globo terrestre, governantes desenvolvem o modelo de estratégias ideias do sistema internacional para negociação e funcionamento, bem como devem acontecer as relações do país com estruturas e conjunturas das demais nações. Para Cervo (2008), formalmente, o representante para negociar em nome de uma nação são os diplomatas, intelectuais formalmente moldados dentro do sistema educacional das relações internacionais do país, com objetivo de desempenhar as funções a eles designadas.

As correntes brasileiras do pensamento político e do pensamento diplomático

carregam como legado histórico a identidade pluralista em que nasceu, cresceu e amadureceu enquanto nação O Brasil, apresenta uma estrutura de substrato étnico-cultural múltiplo, as ideias políticas e a diplomacia brasileira aplicada às relações internacionais, encontram-se justificadas nessa multiplicidade cultural, o substrato oferece base real para transitar com desenvoltura em vários aspectos.

A moderna disciplina de Relações Internacionais no Brasil, caminha no sentido de alcançar *status* científico, observado, a partir de intelectuais e pesquisadores, que constata a ultrapassagem de vários estágios em sua evolução epistemológica. Das primeiras abordagens idealistas, passa-se a uma etapa com maior preocupação a de definição das matrizes teóricas e metodológicas coerentes e articuladas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. **O estudo das relações internacionais do Brasil**: um diálogo entre a diplomacia e a academia. Brasília: LGE Editora, 2006.

ALVES, B. S. F. **Por uma teoria crítica das relações internacionais**: as contribuições de *Jürgen Habermas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126231/ISBN9788579836008.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BOBBIO, N.; MATTUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CAMPOS, A. S. S.; VIGEVANI, T. Discutindo conceitos para uma escola brasileira de relações internacionais: um debate epistemológico - Audrey Alejandro e as formulações de Amado Cervo. **Intelligere**, v. 10, p. 91-110. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2020.178403>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARNEGIE - *Carnegie Endowment for International Peace. About Carnegie*. **carnegieendowment.org**, Washington, 2021. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/>

CARVALHO, P. N.; GONÇALVES, C. N. I.; ARAÚJO, R. P. Prática de pesquisa e ensino de relações internacionais: relatos sobre experiência de pesquisa em comércio internacional. **PRACS – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 11, n. 1, p. 149-161, 2018.

CERVO, A. L. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-732920080002000002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 jul. 2009.

CUPANI, A. **Filosofia da tecnologia**: um convite. 3. ed. Florianópolis : Editora da UFSC, 2016.

FRANSCECHINI, A. História das relações internacionais o Brasil: uma aventura metodológica. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, n. 10, p. 111-126, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/177178/167381>.

FOREIGN AFFAIRS. About Foreign Affairs. **foreignaffairs.com**, Nova Iorque, 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/about-foreign-affairs>.

FOSCHETE, M. **Relações econômicas internacionais**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e a ética das ciências. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1995.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAFER, C. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**: pensamento e ação. Brasília : FUNAG, 2018.

LOPES, Y. C. Final londrina em *Baku*. **internacionaldaamazonia**, Manaus, 2019. Disponível em: <https://internacionaldaamazonia.com/2019/05/11/final-londrina-em-baku/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

MENDES, P. E. O nascimento das relações internacionais como ciência social: uma análise comparada do mundo Anglo-Americana e da Europa Continental. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 8, n. 16, p. 20-53, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/austral/article/viewFile/89031/54794>. Acesso em: 1 fev. 2022.

MONTENEGRO, J.; WINTER, L. A. C. Atuação internacional dos atores subnacionais: desafios e tendência no contexto brasileiro. **IUS Gentium**, v. 10, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/489>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PECEQUILO, C. S. **Teoria das relações internacionais**: o mapa do caminho: estudo e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

POZZEBON, P. M. G. **Mínima metodológica**. São Paulo: Alínea, 2004.

SANTOS, A. C. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Vitor Veloso e Barros. **As relações internacionais e a busca pela harmonização dos conflitos de normas entre Estados**: questões históricas do direito e da Convenção de Haia sobre Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças. 2018. Monografia (Especialista em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Interacionais, Instituto das Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

TARNOWSKI, K. S.; LAWALL, I. T.; DEVEGILI, K. L. O alinhamento da alfabetização científica e tecnológica com a base nacional comum curricular. **REVISTA DYNAMIS**, v. 27, n. 2, p. 117-135, 2021.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico**: o novo paradigma da ciência. Campinas: Papius, 2002.

ZANOCCHI, José Maria Mcall. **A proteção do meio ambiente no comércio internacional**: compatibilização de políticas públicas com o direito internacional. 2013. Mestrado (Dissertação em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal doCeará, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12833/1/2013_dis_jmmzanocchi.pdf. Acesso em: 20 fev. 2022.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 79, 107, 108, 109, 111, 120, 121
América Latina 30, 31, 33, 34, 36, 64, 78, 123
Antiimperialismo 32, 33, 34, 35, 36, 37
Aristocracia 55, 168, 174, 175, 176
Ativismo judicial 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

B

Brasil 11, 29, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 78, 81, 83, 84, 86, 91, 97, 105, 108, 120, 123, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 150, 151, 159, 169, 180, 189

C

Capitalismo 32, 33, 34, 35, 36, 50, 51, 55, 58, 61, 62, 79, 168, 176, 180
Ciberativismo 64, 68, 69, 77, 78
Cidadania 26, 28, 29, 73, 89, 107, 191
Ciência política 26, 28, 29, 52, 64, 80, 135, 138, 144, 182
Classe 10, 27, 29, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 71, 79, 89, 101, 102, 103, 169, 171, 172, 179, 180
Comunicação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 15, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 64, 65, 78, 105, 107, 108, 114, 135, 185, 186, 187, 191
Corrupção 64, 68, 71, 73, 74, 76, 77, 81, 128
Currículo 144, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159

D

Danos morais 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105
Defesa 2, 17, 22, 32, 36, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 156, 157, 158, 159, 178, 189
Democracia 15, 22, 26, 28, 29, 36, 63, 70, 78, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 109
Desenvolvimento 27, 32, 33, 35, 64, 69, 78, 87, 91, 107, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 144, 148, 150, 151, 152, 156, 157, 158, 182, 183, 185, 187, 188, 191
Direita 26, 27, 28, 35, 64, 65, 68, 73
Direito 80, 81, 82, 86, 88, 89, 91, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 122, 135, 136, 137, 143, 171

Direitos fundamentais 11, 80, 81, 84, 86, 87, 89, 183, 184

E

Economia 36, 52, 67, 84, 91, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 169, 171, 180, 182, 191

Educação 29, 68, 78, 97, 130, 132, 144, 157, 159, 191

Ensino 26, 27, 29, 64, 136, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159

Esquerda 26, 27, 28, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 77

Estado 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 45, 46, 47, 50, 52, 55, 58, 61, 62, 63, 70, 73, 81, 82, 83, 88, 89, 91, 102, 106, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 141, 149, 151, 161, 166, 170, 179, 182, 183, 186, 187

Executivo 66, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 114, 116, 117

F

Facebook 64, 65, 68, 70, 71, 72, 75, 77, 78

Força aérea 144, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 154, 157, 159

G

Gestão 81, 107, 108, 109, 111, 113, 115, 120, 122, 134, 151, 157, 182, 183, 187, 191

Governo 18, 27, 28, 35, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 77, 79, 83, 107, 108, 109, 120, 123, 127, 128, 129, 170, 183, 186, 189

Guerra fiscal 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

I

Impeachment 64, 65, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 81

Imperialismo 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 55, 62

Indústria 58, 93, 130, 169, 176, 184, 186, 187, 188

Inglaterra 7, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179

J

Judicialização 80, 81, 84, 85, 86, 87, 89, 91

L

Legislativo 81, 83, 85, 87, 89, 90, 115, 116, 117, 119

Lei de responsabilidade fiscal 107, 108, 109, 112, 120

M

Marxismo 31, 35, 49, 52, 53, 57, 58, 61

MBL 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Mentira 3, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 74

Moçambique 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

Monarquia 168, 169, 170, 171, 175, 178, 179, 180

O

Omissão 1, 10, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 89, 101, 104

P

Pensamento 4, 30, 31, 32, 36, 52, 58, 98, 123, 124, 125, 126, 129, 132, 134, 141, 143, 172, 177, 180

Persuasão 5, 11, 15, 18, 20, 21, 22, 23

Pesquisa 2, 3, 4, 5, 9, 26, 27, 29, 50, 52, 58, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 80, 82, 84, 86, 93, 95, 104, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 120, 122, 124, 125, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 156, 159, 191

Poder judiciário 81, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 94

Política 1, 7, 9, 15, 17, 20, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 70, 72, 73, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 108, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 149, 150, 151, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 168, 169, 170, 179, 182, 187, 188, 189, 191

População 27, 28, 65, 66, 69, 70, 74, 75, 77, 90, 108, 109, 110, 112, 138, 141, 149, 182, 183, 185, 188, 189

R

Reassentamento 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190

Redes sociais 64, 69, 70, 71, 77, 78, 84, 85, 137, 185, 187

Relações internacionais 30, 52, 122, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 182, 191

S

Sociedade 5, 24, 28, 29, 34, 36, 50, 66, 67, 70, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 109, 110, 111, 125, 126, 133, 134, 137, 141, 150, 157, 168, 171, 175, 177, 179, 180, 191

Supremo tribunal federal 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 98, 106

T

Transparência 107, 108, 109, 113, 120, 121

Tributação 122, 124, 130, 131

V

VPR 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77



Ciência Política: Debates temáticos 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora
Ano 2022



Ciência Política: Debates temáticos 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora
Ano 2022